Prefeitura Municipal de Pradópolis
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 888

de 2 de setembro de 1999

Dispõe sobre a alienação, por venda, mediante prévia avaliação e inexigibilidade de licitação, de bem imóvel situado no Distrito Industrial e Comercial de Pradópolis (DINPRA) em favor da firma Vinil Caldeiraria e Montagens Industriais S/C Ltda., e dá outras providências.

Luiz Otávio Carniel Giovannetti, Prefeito do Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e XXX, do artigo 71, combinado com o artigo 97, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 3º, da Lei nº 848, de 26 de junho de 1992, com as alterações dadas pelas Lei nº 919, de 26 de junho de 1995 e Lei Complementar nº 53, de 2 de maio de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica alienado, por venda, em favor da firma Vinil Caldeiraria e Montagens Industriais S/C Ltda., de propriedade de Eustáquio de Almeida Viana e Raimundo Almeida Viana, CNPJ (CGC) nº 064.929.219/0001-52, com o ramo de Caldeiraria e Montagens Industriais, o lote nº 02, da quadra nº 04, do Distrito Industrial e Comercial de Pradópolis (DINPRA), com a área de 4.900m² (quatro mil e novecentos metros quadrados), medindo 50,00m de frente e de fundos, por 98,00m de ambos os lados, localizado com frente para a Rua 3, pelo preço de R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais), correspondente a R$ 0,15 (quinze centavos) o metro quadrado que deverá ser pago aos cofres públicos municipais em parcela única, em moeda corrente no país, de acordo com prévia avaliação determinada pelo artigo 3º, caput, da Lei Complementar nº 53, de 2 de maio de 1997.

Parágrafo único. O preço pago pela firma interessada, de que trata este artigo, será restituído integralmente, com a devida atualização monetária, a título de incentivo à expansão industrial do Município, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o início efetivo das atividades industriais ou comerciais, em até 5 (cinco) parcelas iguais e mensais.

Art. 2º Em face do reduzido interesse das empresas do ramo industrial e da quantidade maior de oferta de lotes disponíveis no Distrito Industrial, justificar-se-á a inviabilidade de competição para efeito de inexigibilidade de licitação quanto a alienação de bem imóvel, a que refere este Decreto, nos termos do artigo 25, caput, da Lei federal 8.666/93, com as alterações dadas pela Lei federal 9.648/98.

Parágrafo único. A partir da data de publicação deste Decreto, a Seção de Licitação da Prefeitura Municipal deverá, dentro do prazo de cinco dias, providenciar a publicação na Imprensa Oficial do Estado da ratificação da autoridade superior, sobre a situação de inexigibilidade, para efeito de eficácia do ato de alienação do bem imóvel.

Art. 3º Sem prejuízo do incentivo de que trata o artigo 1º, deste Decreto, conceder-se-á à empresa interessada os benefícios fiscais da isenção:

I - do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pelo prazo de 10 (dez) anos;

II - da taxa de licença de localização e de renovação anual para funcionamento, pelo prazo de 10 (dez) anos;

III - das taxas ou emolumentos devidos pelos serviços de aprovação e de licença para a execução de obras particulares.

Art. 4º A escritura pública e a matrícula no registro imobiliário do bem imóvel, objeto da alienação de que trata este Decreto, serão providenciadas imediatamente pela empresa adquirente, junto aos Cartórios competentes da Comarca de Guariba, devendo constar, obrigatoriamente, os encargos, os prazos de seu cumprimento e a cláusula de reversão por inadimplência, sob pena de nulidade do ato.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS,
em 2 de setembro de 1999.

LUIZ OTAVIO CARNIEL GIOVANNETTI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, na mesma data, e publicado tanto por afixação no local de costume, nas sedes da Prefeitura e da Câmara Municipal, como por divulgação em órgão de imprensa escrita local ou regional, na data de sua circulação.

VANDERLEI DOS REIS
Assistente Administrativo